

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a)
autor(a), o texto completo desta tese
será disponibilizado somente a partir
de 03/10/2017.

MARCIO ALEXANDRE RAVAGNANI PINTO

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM
PROCESSO (AAP): SEE-SP (2011-2016):**
da proclamação à execução: estudo de caso
do programa em uma escola



ARARAQUARA – S.P.
2016

MARCIO ALEXANDRE RAVAGNANI PINTO

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM
PROCESSO (AAP): SEE-SP (2011-2016):**
da proclamação à execução: estudo de caso
do programa em uma escola

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Política e Gestão

Orientador: Sônia Maria Duarte Grego

ARARAQUARA – S.P.
2016

RAVAGNANI PINTO, MARCIO ALEXANDRE

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM PROCESSO (AAP) :
SEE-SP (2011-2016) : da proclamação à execução: estudo
de caso do programa em uma escola / MARCIO ALEXANDRE
RAVAGNANI PINTO - 2016

162 f.

Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: SÔNIA MARIA DUARTE GREGO

1. Avaliação Educacional. 2. Testes Padronizados. 3.
Avaliação Diagnóstica Formativa. 4. Avaliação
Diagnóstica de Monitoramento e Controle. 5.
Orientações Teórico-metodológicas da Avaliação. . I.
Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARCIO ALEXANDRE RAVAGNANI PINTO

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM PROCESSO
(AAP): SEE-SP (2011-2016): da proclamação à execução:
estudo de caso do programa em uma escola**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Política e Gestão
Orientador: Sônia Maria Duarte Grego

Data da defesa: 03/10/2016

Membros componentes da banca examinadora:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Duarte Grego

Universidade Estadual Paulista/UNESP/Faculdade de Ciências e Letras - Campus Araraquara/SP

Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca

Universidade Estadual Paulista/UNESP/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus Franca

Profa. Dra. Hilda Maria Gonçalves

Universidade Estadual Paulista/UNESP/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus Franca

Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui

Centro Universitário de Araraquara/UNIARA - Araraquara/SP

Profa. Dra. Marta Leandro Silva

Universidade Estadual Paulista/UNESP/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus Franca

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAR) e aos professores e à equipe gestora da escola onde a pesquisa foi desenvolvida.

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa vencida. A jornada não teria sido possível sem o apoio de muitas pessoas que fazem parte da minha vida e que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha esposa Ana e meus filhos Matheus e Arthur pelo apoio incondicional e pela compreensão nos momentos de ausência.

Aos meus pais Esaú e Delmínia pela pessoa que me tornei.

À minha irmã Fernanda que mesmo muito longe sei que está sempre torcendo por mim.

À Profa. Dra. Sônia Maria Duarte Grego, orientadora, eminente pesquisadora e professora por vocação. Eterna gratidão pela socialização do conhecimento nas orientações, pelos esforços para a concretização deste trabalho e pela confiança em mim depositada.

À Profa. Dra. Célia Maria David, exemplo de professora, dinâmica e atuante pesquisadora. Meus sinceros agradecimentos por todos os incentivos para o prosseguimento de minha trajetória acadêmica.

À Profa. Dra. Djanira Soares Oliveira e Almeida, minha orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e grande incentivadora da continuidade dos meus estudos. Ao Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca e à Profa. Dra. Vânia Martino membros da banca examinadora do TCC e inesquecíveis professores da graduação.

À Banca Examinadora: Profa. Dra. Hilda Gonçalves, Prof. Dr. Genaro Alvarenga, Prof. Dr. Luiz Carlos e Profa. Dra. Marta Leandro pelas preciosas contribuições com este trabalho.

Aos amigos Daniel, Daniela, Karina, Natalina, Pricila, Sandra e Stephânia que compartilharam comigo não somente angústias, desafios e inquietações, mas também de momentos de descontração e bom humor ao longo do curso de doutorado.

Aos amigos Leonildo Aparecido Reis Machado pela sincera amizade e Benedito Romualdo de Miranda pelo companheirismo e pela energia nos momentos de desânimo.

À equipe gestora e aos professores da escola onde desenvolvemos a pesquisa pela receptividade e pela disposição em contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa. Aproveito para parabenizá-los pelo esforço incomensurável para oferecer o melhor de vocês aos seus alunos e alunas.

Aos que não mencionei aqui, mas que colaboraram de alguma forma para que os obstáculos fossem vencidos.

Muito obrigado a todos!

“[...] falam de qualidade, inclusão, exclusão, seleção, mérito, alteridade, aprendizagem, justiça... São palavras polissêmicas, escritas pela pluralidade de projetos e processos socioculturais, nos quais as dicotomias não são mais do que traduções simplificadoras da complexidade que se procura invisibilizar e das diferentes possibilidades que se pretende silenciar [...]”.

Esteban e Afonso (2010, p.10).

RESUMO

O objeto de estudo do presente trabalho é o programa de Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) implementado pela SEE-SP em 2011 em todas as escolas da rede. De acordo com a SEE-SP esta avaliação tem por função acompanhar o desenvolvimento do currículo e das propostas pedagógicas nas escolas, diagnosticar por meio de instrumento padronizado aspectos da aprendizagem dos alunos que requerem atenção imediata, subsidiar ações de planejamento, de replanejamento e de pautas conjuntas e individuais através de planos de ação para a recuperação dos alunos. O objetivo aqui é compreender o programa AAP em ação em uma das escolas da rede pública da cidade de Franca. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, cuja unidade de análise é o programa em ação e a sua implementação dentro de uma escola escolhida de acordo com o padrão de gestão considerado ideal pela SEE-SP para se alcançar os seus objetivos, principalmente no que concerne à gestão democrática, à formação de professores em serviço e à receptividade dos profissionais aos programas da SEE-SP. Considerando tais questões foram estabelecidas as questões de pesquisa: Como vem sendo implementado o Programa de Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) na escola pública paulista? Quais as contribuições, efeitos e impactos do Programa AAP para a melhoria do desempenho dos alunos e a para a reorientação do trabalho pedagógico dos professores? A AAP conforme vem sendo proposta desde sua origem atende as funções e objetivos proclamados pela SEE-SP? O trabalho foi orientado pela seguinte hipótese: Ao ter como focos a progressão dos conteúdos curriculares e o uso de instrumentos de avaliação padronizados e em larga escala, o Programa de Avaliação em Processo: tem potencial para atender o objetivo de diagnóstico e monitoramento do currículo e das competências e habilidades dos alunos; mas se equivoca quanto ao objetivo proposto de subsidiar informações relevantes para a progressão das aprendizagens e para o replanejamento para domínio das competências/habilidades de todos os alunos, considerando, em especial, a instituição de uma escola inclusiva e de qualidade. São objetivos da presente pesquisa: Compreender como tem sido a experiência dos professores com a AAP e suas concepções sobre os seus significados; Analisar em que medida os dados e resultados da AAP estão sendo articulados pelos professores e se há indícios que evidenciem a influência da Avaliação da Aprendizagem em Processo na melhoria na aprendizagem dos alunos e na prática pedagógica; Analisar a adequação e efetividade dos instrumentos avaliativos aos objetivos e metas proclamados pela SEE-SP. A pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas focalizadas junto aos professores das disciplinas avaliadas pela AAP e aos professores coordenadores. As análises resultantes da triangulação dos dados permitiram inferir que a AAP, uma avaliação baseada em testes padronizados de diagnóstico, de monitoramento e de controle tem se tornado o instrumento coadjuvante de políticas contraditórias propostas pela SEE-SP, que de um lado propõe que é necessário respeitar o tempo de aprender dos alunos respeitando-os em suas diferenças e, de outro, monitora e controla o currículo prescrito que é ensinado nas escolas bimestralmente. Conclui-se que a SEE-SP está fazendo uso equivocado de um instrumento avaliativo baseado em testes padronizados aplicados em dias determinados pelas instâncias centrais e que é voltado para o diagnóstico, o monitoramento, o controle e para a gestão dos sistemas educacionais como se fosse uma avaliação diagnóstica formativa em processo, que em sua essência deveria ser integrada nas ações de formação, no processo de ensino e aprendizagem e incorporada ao ato de ensinar.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. Testes Padronizados. Avaliação Diagnóstica Formativa. Avaliação Diagnóstica de Monitoramento e Controle. Orientações Teórico-metodológicas da Avaliação.

ABSTRACT

The study object of the present work is the Learning Assessment in Process (AAP) program implemented by SEE-SP in 2011 in all the schools of the network. According to SEE-SP, this evaluation aims to monitor the development of curriculum and pedagogical proposals in schools, to diagnose, through a standardized instrument, aspects of student learning that require immediate attention, to subsidize planning, replanning and guidelines actions Joint and individual through action plans for student recovery. The objective here is to understand the AAP program in action at one of the public school schools in the city of Franca. It is a qualitative case study whose unit of analysis is the program in action and its implementation within a school chosen according to the management standard considered ideal by SEE-SP to achieve its objectives, especially in the Which concerns democratic management, the training of teachers in service and the receptivity of professionals to SEE-SP programs. Considering these questions were established the research questions: How has the Program of Assessment of Process Learning (AAP) been implemented in the public school of São Paulo? What are the contributions, effects and impacts of the AAP Program for improving student performance and for reorienting teachers' pedagogical work? Does the AAP as it has been proposed since its inception serve the functions and objectives proclaimed by SEE-SP? The work was guided by the following hypothesis: By focusing on the progression of curricular contents and the use of standardized and large-scale evaluation tools, the Process Assessment Program: has the potential to meet the objective of diagnosis and monitoring of the curriculum and Skills and abilities of students; But is mistaken about the proposed goal of subsidizing information relevant to the progression of learning and replanning to master the skills / abilities of all students, especially considering the establishment of an inclusive and quality school. The objectives of this research are: To understand how the teachers' experience has been with the AAP and its conceptions about its meanings; To analyze to what extent the data and results of the AAP are being articulated by the teachers and if there are indications that evidence the influence of the Evaluation of the Learning in Process in the improvement in the students' learning and in the pedagogical practice; Analyze the adequacy and effectiveness of the evaluation instruments to the objectives and goals proclaimed by the SEE-SP. The research was developed through bibliographical and documental research and focused interviews with the professors of the disciplines evaluated by the AAP and the coordinating teachers. The analyzes resulting from the triangulation of data allowed us to infer that the AAP, an evaluation based on standardized diagnostic, monitoring and control tests, has become the supporting instrument for contradictory policies proposed by SEE-SP, which proposes, on the one hand, that it is necessary Respect the students' time of learning respecting them in their differences, and on the other, monitors and controls the prescribed curriculum that is taught in schools every two months. It is concluded that SEE-SP is making mistaken use of an evaluation instrument based on standardized tests applied on days determined by the central bodies and that is focused on the diagnosis, monitoring, control and management of educational systems as if it were A formative diagnostic evaluation in process, which in essence should be integrated into the training actions, the teaching and learning process and incorporated into the act of teaching.

Keywords: Educational Evaluation. Standardized Testing. Formative Diagnostic Evaluation. Diagnostic Evaluation of Monitoring and Control. Theoretical-methodological orientations of the Evaluation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios para a correção de textos da AAP

Quadro 2 - Planilha para o registro do Plano de Ação das escolas com base nos dados da AAP

Quadro 3 - Idesp da Escola, da Diretoria e do Estado de 2007 a 2015 – 8ª série/9º ano Ensino Fundamental pagina

Quadro 4 - Desempenho da escola desde a implementação da AAP

Quadro 5 - Desempenho do 9º ano na escola pesquisada na disciplina de Língua Portuguesa de 2010 a 2015

Quadro 6 - Desempenho da escola pesquisada na disciplina de Matemática de 2010 a 2015

LISTA DE SIGLAS

AAP	Avaliação da Aprendizagem em Processo
ANA	Avaliação Nacional de Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
ATPC	Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo
BM	Banco Mundial
CEI	Coordenadoria de Ensino do Interior
CENP	Centro de Estudos e Normas Pedagógicas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEGEB	Coordenadoria de Gestão da Educação Pública
CIMA	Coordenadoria de informação, monitoramento e avaliação
COGESP	Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo
DRE	Diretoria Regional de Ensino
DOE	Diário Oficial do Estado
ECG	Educação para a Cidadania Global
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Para Todos
EUA	Estados Unidos da América
HLM	Modelos Lineares Hierárquicos
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAP	Matriz de Avaliação Processual
MEC	Ministério da Educação
NGP	Nova Gestão Pública
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMC	Organização Mundial do Comércio

ONU	Organização das Nações Unidas
OSs	Organizações Sociais
PAAE	Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar
PCC	Programa de Educação Continuada
PCNP	Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico
PEC	Programa de Educação Continuada
PISA	The Programme for International Student Assessment
SAEGO	Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás
SAERJ	Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro
SARA	Sistema de Acompanhamento do Rendimento em Avaliações
SARESP	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SEE-SP	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

1 DAS ORIGENS DO ESTUDO À DEFINIÇÃO PROBLEMA.....	13
2 EVOLUÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.....	19
2.1 A definição conceitual e os campos da avaliação educacional.....	19
2.2 A dimensão política e a dimensão ética da avaliação educacional.....	25
2.3 A centralidade da avaliação no cenário educacional.....	27
2.3.1 O cenário de crise, a reforma do Estado e as mudanças nas políticas educacionais	28
2.3.2 A transposição das orientações dos organismos internacionais para as políticas educacionais: avaliação e prestação de contas	32
2.3.3 Prestação de contas e responsabilização: entre a regulação e a emancipação.....	34
2.4 O cenário da reforma educacional no Brasil	40
2.4.1 Avaliação e legislação educacional no Brasil	42
3 OS TESTES PADRONIZADOS: limites e possibilidades da avaliação da aprendizagem dos alunos e da qualidade da educação e do desempenho docente.....	45
4 POLÍTICA E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	58
4.1 O SARESP nas pesquisas acadêmicas: efeitos do SARESP na escola	65
4.2 Efeitos na prática pedagógica e avaliativa do professor	69
4.3 Os impactos do SARESP no currículo.....	70
5 PERCURSO METODOLÓGICO	73
5.1 Estudo de Caso.....	74
5.1.1 Escolha do caso	75
5.1.2 A Unidade de Análise	76
5.2 Técnicas e Procedimentos de Pesquisa	77
5.2.1 A análise documental	77
5.2.2 Entrevistas	78
5.3 A Análise dos Dados	79
5.4 O contexto da Pesquisa.....	81
5.5 Os sujeitos da pesquisa.....	83
6 A PROPOSTA DA SEE-SP PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM PROCESSO – AAP.....	84
6.1 As diretrizes para a elaboração das provas da AAP	89

6.2 A aplicação, a análise e a interpretação dos dados da Avaliação da Aprendizagem em Processo	91
6.3 Os encaminhamentos após a análise dos dados e resultados: o Plano de Ação	93
7 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM PROCESSO EM AÇÃO NA ESCOLA PESQUISADA.....	95
7.1 A representação dos professores sobre a AAP: conflito entre avaliação diagnóstica formativa e avaliação diagnóstica de monitoramento e controle	95
7.2 Utilidade e relevância da AAP na aprendizagem dos alunos e na prática pedagógica	104
7.3 Participação (autonomia) x submissão a um modelo exógeno de avaliação	121
7.4 Efetividade x fracasso do programa na melhoria da qualidade na ótica dos seus proponentes	126
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	142
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	156
APÊNDICES	160
Apêndice A – Roteiro das entrevistas aplicadas aos professores das disciplinas de língua portuguesa e matemática	160
Apêndice B - Roteiro de entrevistas focalizadas aplicadas aos professores coordenadores ..	162

1 DAS ORIGENS DO ESTUDO À DEFINIÇÃO PROBLEMA

As razões para a escolha do tema de pesquisa estão relacionadas à trajetória acadêmica deste pesquisador que sempre estiveram voltadas às temáticas relacionadas à avaliação educacional. Ainda durante o curso de graduação em História, com habilitação em licenciatura e bacharelado, o Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido em 2006 com o título Avaliação da Aprendizagem e suas Implicações no Cotidiano Escolar já indicava os caminhos a serem percorridos nas pesquisas subsequentes.

No mestrado (2009-2011) voltamos nossa atenção à área da política de avaliação educacional no Estado de São Paulo com a pesquisa Política Pública e Avaliação: o SARESP e seus impactos na prática profissional docente. O recorte temporal da pesquisa compreendeu o período de 2007 a 2010 quando foram colocadas em prática as propostas da nova agenda para a educação do Estado de São Paulo que instituiu o Programa Qualidade da Escola (PQE) e o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) (SÃO PAULO, 2008c), estabeleceu o novo currículo (2008d), adotou as apostilas para a sua implementação e definiu as Matrizes de Referência para a Avaliação do SARESP (SÃO PAULO, 2009b) baseadas neste mesmo currículo. Este cenário reafirmou a centralidade da avaliação na política educacional paulista. O universo da pesquisa foi circunscrito aos professores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de uma das escolas da rede pública da cidade de Franca, constituindo-se como um estudo de caso de natureza qualitativa. Os resultados do estudo ofereceram indicativos de que a avaliação do SARESP, como mecanismo de gestão, de regulação e de controle da política educacional e a organização do ensino em forma de “pacotes prontos”, apostilados, produziram efeitos na prática pedagógica dos professores. De acordo com os sujeitos da pesquisa há uma constante pressão por resultados tanto pela direção da escola como pelos órgãos centrais e intermediários e, conseqüentemente, a atividade docente se volta para a busca desses resultados. Os resultados obtidos a partir deste estudo corroboraram a hipótese de que esta forma de gestão pedagógica que adotou o ensino apostilado, regulado e controlado por processos de avaliação externa tem intensificado a transformação do profissional docente em técnico educacional incumbido de aplicar programas elaborados fora da escola e este fato poderia estar contribuindo para subtrair do professor uma das principais características da sua função que é a elaboração intelectual própria.

Como é natural, novas preocupações e novas questões de pesquisa foram surgindo com as constantes mudanças nas políticas educacionais que vêm alterando significativamente os processos educacionais que ocorrem nas escolas. As mudanças implementadas na Educação pública do Estado de São Paulo desde 1995 vêm ocorrendo em decorrência de um movimento mais amplo que teve como um dos principais indutores a Conferência Mundial de Educação para Todos, que ocorreu em 1990, em Jomtien, na Tailândia, e que tem o Brasil como um dos países que firmaram compromisso com as proposições do documento originado desta conferência. Paralelamente também ocorreu a Reforma do Estado brasileiro que influenciou profundamente as orientações das políticas educacionais tanto da União quanto do Estado de São Paulo que é governado há mais de duas décadas pelo mesmo partido político. Neste período vêm sendo empreendidas mudanças no currículo, na gestão, na avaliação dos sistemas educacionais e na profissionalização dos professores tanto em nível nacional como nos Estados e municípios. Neste contexto ficou claro que a avaliação passou a ocupar papel fundamental nos processos educacionais contemporâneos: ela sinaliza o cumprimento ou descumprimento dos objetivos propostos no planejamento, seja em âmbito da gestão dos sistemas com a avaliação externa em larga escala, seja na avaliação da aprendizagem do aluno pelo professor, ou na avaliação institucional da rede de ensino ou da própria escola. Envolve, portanto, relações externas e internas à escola. A avaliação atua como mecanismo de controle e regulação do sistema educacional, como ferramenta de acompanhamento das aprendizagens dos alunos e da prática pedagógica do professor e como processo de autoconhecimento da escola como instituição. Esse papel assumido pela avaliação no cenário educacional contemporâneo traz profundos desafios aos profissionais da escola. Se antes apenas os alunos eram avaliados, agora as políticas, o sistema educacional, a escola e os profissionais que trabalham no setor também são avaliados, ainda que as finalidades e critérios dessas avaliações não sejam claramente explicitados.

Desde a década de 1990, os sistemas educacionais no Brasil e no Estado de São Paulo vêm se utilizando largamente de várias avaliações que se superpõem no cenário educacional. No Estado de São Paulo, a avaliação governamental vem cada vez mais ampliando a ocupação de espaços que antes se restringiam ao domínio do professor. Se antes, a avaliação externa como mecanismo de controle e regulação foi utilizada para avaliar o sistema educacional paulista, as escolas e os professores a partir da avaliação do aluno, atualmente passou a ter domínio sobre o currículo ensinado nas escolas e sobre a aprendizagem individual de cada aluno e de cada turma de todas as escolas públicas do Estado. Isso porque em 2011, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) implementou um

programa de avaliação denominado de Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) nas escolas da rede pública. A AAP se constitui de um programa de avaliação, cujos resultados geram informações, gráficos e planilhas sobre o desempenho de cada turma e de cada aluno. De acordo com a SEE-SP, a AAP tem é uma avaliação de caráter diagnóstico que “[...] além de acompanhar o desenvolvimento do currículo também se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem dos alunos, em termos de suas competências e habilidades, objetivando subsidiar a progressão das aprendizagens [...]” (SÃO PAULO, 2016a) especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

A AAP é um fenômeno relativamente novo no cenário educacional paulista e quando nos propusemos a desenvolver o presente estudo não havia nenhum outro trabalho publicado relacionado especificamente à temática. A ausência de estudos relacionados à AAP nos instigou a desenvolver esta pesquisa que poderia servir de referência aos interessados em conhecer as suas funções, seus objetivos e os seus efeitos na escola.

A compreensão inicial do objeto de estudo foi dificultada pelo fato de que o programa não possui um documento de implementação. Por esse motivo, a estrutura da AAP começou a ser compreendida a partir de informações obtidas por meio de videoconferências da SEE-SP sobre o tema, dos comunicados da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação (CIMA) e da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), de notícias publicadas no site da SEE-SP, de discussões levantadas nos blogs das Diretorias Regionais de Ensino e das orientações contidas nas provas destinadas aos professores.

De acordo com a SEE-SP, a partir de 2011 buscou-se identificar as principais demandas e a partir daí propor ações para atender a diversidade da rede, cujo eixo central se baseia na gestão democrática da escola. O modelo de gestão adotado “[...] demanda constante empenho de todos os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento do processo pedagógico, num trabalho integrado, com otimização das condições de infraestrutura e ações pedagógicas das escolas [...]” (SÃO PAULO, 2014c, p.8). Ainda de acordo com a SEE-SP “[...] ver as Escolas e Diretorias de Ensino fortalecidas e continuar o processo de descentralização visando autonomia e responsabilização são os objetivos da CGEB” (SÃO PAULO, 2014c, p.12).

Ao mesmo tempo em que se buscava compreender a AAP, realizava-se a análise bibliográfica previamente selecionada a partir de temas pertinentes ao objeto de estudo, como: a evolução teórica e conceitual, a dimensão ética e a dimensão política da avaliação educacional; a centralidade da avaliação nas políticas educacionais contemporâneas, as influências dos organismos internacionais nas políticas de avaliação educacional; os limites e

possibilidades dos testes padronizados na avaliação da aprendizagem dos alunos e da qualidade da educação e do desempenho docente; os impactos e efeitos do SARESP na escola. A análise bibliográfica e documental teve por objetivo construir o arcabouço teórico e metodológico para a análise dos dados coletados junto aos profissionais da escola.

A pesquisa tem por objetivo compreender o programa Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) em ação em uma das escolas da rede pública da cidade de Franca. As questões que a pesquisa pretende responder são os seguintes:

- Como vem sendo implementado o Programa de Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) na escola pública paulista?
- Quais as contribuições, efeitos e impactos do Programa AAP para a melhoria do desempenho dos alunos e a para a reorientação do trabalho pedagógico dos professores?
- A AAP conforme vem sendo proposta desde sua origem atende as funções e objetivos proclamados pela SEE-SP?

A seguinte hipótese orientou o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa:

Ao ter como focos a progressão dos conteúdos curriculares e o uso de instrumentos de avaliação padronizados e em larga escala, o Programa de Avaliação em Processo:

- Tem potencial para atender o objetivo de diagnóstico e monitoramento do currículo e das competências e habilidades dos alunos;
- Mas se equivoca quanto ao objetivo proposto de subsidiar informações relevantes para a progressão das aprendizagens e para o replanejamento para domínio das competências/habilidades de todos os alunos, considerando, em especial, a instituição de uma escola inclusiva e de qualidade.

Foram objetivos da pesquisa:

- Compreender como tem sido a experiência dos professores com a AAP e suas concepções sobre os seus significados;
- Analisar em que medida os dados e resultados da AAP estão sendo articulados pelos professores e se há indícios que evidenciem a influência da Avaliação da Aprendizagem em Processo na melhoria na aprendizagem dos alunos e na prática pedagógica;
- Analisar a adequação e efetividade dos instrumentos avaliativos aos objetivos e metas proclamados pelos seus proponentes.

Para dar conta de analisar o objeto de estudo tendo como foco os objetivos acima, além desta seção 1, o trabalho abrangeu as seguintes etapas constantes das seções desta tese:

Na seção 2 são desenvolvidas análises e discussões sobre a evolução teórica e conceitual da avaliação educacional. A temática foi tratada em cinco partes: a primeira faz uma introdução e apresenta a evolução da avaliação no cenário educacional; na segunda são desenvolvidas reflexões sobre a dimensão ética e sobre a dimensão política da avaliação educacional. A centralidade da avaliação nas políticas educacionais é tratada na terceira parte da seção, que está dividida em três sub-tópicos: o primeiro discute o discurso justificador para as mudanças nas políticas educacionais e tem como título *O cenário de crise, a reforma do Estado e as mudanças nas políticas educacionais*. Em seguida são colocados alguns pontos relacionados à transposição das orientações dos organismos internacionais para as políticas educacionais onde são abordadas as questões da avaliação e da prestação de contas. No terceiro subtópico é posto em discussão a prestação de contas no cenário educacional na ótica da racionalidade tecnológica e são apontados os seus limites ao mesmo tempo em que se apresenta a proposta de um modelo de prestação de contas visto pela ótica humanista que se contrapõe ao modelo adotado pelas políticas educacionais contemporâneas. No último tópico da Seção I, os temas discutidos são relacionados com o cenário da reforma educacional no Brasil e o papel reservado à avaliação na legislação educacional.

Na seção 3 se discute o intenso e controverso debate nos meios educacionais do uso crescente de instrumentos de avaliação educacional baseados em testes padronizados articulado a um currículo oficial para avaliar a aprendizagem dos alunos, a qualidade da educação e o desempenho docente. Para a discussão toma-se por parâmetro pontos de vista opostos de defensores e de críticos dos testes padronizados e sua pertinência e adequação para avaliar os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e os seus efeitos e impactos nos processos de escolarização e de gestão educacional, bem como à sua eficiência e eficácia em avaliar a qualidade da educação e do currículo oficial e o desempenho docente.

Na seção 4 é feita a análise da avaliação educacional no sistema educacional paulista. No texto se discute o discurso que justifica as mudanças na política educacional e a centralidade da avaliação na gestão, na regulação e no controle das ações colocadas em prática pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Nesta mesma seção são apresentados os resultados de pesquisas acadêmicas sobre os efeitos do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) na escola, com destaque para os efeitos na prática pedagógica e avaliativa do professor e no currículo.

Na Seção 5 é apresentado o percurso metodológico e os instrumentais utilizados para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa. As opções dos referenciais teóricos adotados são pautados na sociologia política e orientados por um posicionamento emancipatório e democrático sobre o campo da Avaliação Educacional. Para compreender o processo de implementação e aplicação de uma política no interior da escola e como ela vem sendo vivenciada pelos seus agentes educativos e como essa política vem alterando o cotidiano escolar, a opção foi por um estudo de caso de natureza qualitativa. Nesta seção também são apresentados os procedimentos para a escolha do caso, a unidade de análise, o cenário e o contexto da pesquisa e os sujeitos. Os instrumentais utilizados para a coleta de dados foram a análise documental e entrevistas semiestruturadas focalizadas. A técnica de tratamento e análise dos dados foi pautada na análise qualitativa.

Na Seção 6 é apresentado o programa de Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) conforme proposto pela Secretaria Estadual de Educação e são apresentadas todas as informações sobre como o programa deve ser executado na ótica da SEE-SP: a sua abrangência, as diretrizes, os objetivos, as orientações para a aplicação, análise e interpretação dos dados e os encaminhamentos para a elaboração do Plano de Ação com base na análise dos resultados da AAP.

Na Seção 7 são analisados os dados coletados na pesquisa de campo organizados em quatro categorias de análise. Na primeira: *A representação dos professores sobre a AAP: conflito entre avaliação diagnóstica formativa e avaliação diagnóstica de monitoramento e controle*. Em seguida foi construída a categoria *Utilidade e relevância da AAP na aprendizagem dos alunos e na prática pedagógica*. A terceira categoria *Participação (autonomia) x submissão a um modelo exógeno de avaliação*. E por fim a quarta categoria *A efetividade x fracasso do programa na melhoria da qualidade na ótica de seus propositores*.

Nas conclusões se apresenta e discute os resultados da pesquisa analisados a partir da triangulação dos dados dos documentos oficiais, dos dados empíricos e do referencial teórico adotado.

Por fim são listadas as referências, a bibliografia consultada e os apêndices e anexos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objeto de estudo o Programa intitulado Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) da SEE-SP. Trata-se de um estudo de caso que tem como unidade de análise o Programa AAP em ação em uma escola da rede pública da cidade de Franca-SP e visou apreender a dinâmica e os efeitos desta avaliação no interior da escola na concepção dos professores das disciplinas avaliadas.

Após a análise exploratória inicial que buscou compreender e entender a forma como funciona o Programa AAP foram estabelecidas as seguintes questões de pesquisa:

- Como vem sendo implementado o Programa de Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) na escola?
- Quais as contribuições, efeitos e impactos do Programa AAP para a melhoria do desempenho dos alunos e a para a reorientação do trabalho pedagógico dos professores?
- A AAP conforme vem sendo proposta desde sua origem atende as funções e objetivos proclamados pela SEE-SP?

Após a definição de tais questões foi estabelecida a seguinte hipótese: ao ter como focos a progressão dos conteúdos curriculares e o uso de instrumentos de avaliação padronizados e em larga escala, o Programa de Avaliação em Processo:

- Tem potencial para atender o objetivo de diagnóstico e monitoramento do currículo e das competências e habilidades dos alunos;
- Mas se equivoca quanto ao objetivo proposto de subsidiar informações relevantes para a progressão das aprendizagens e para o replanejamento para domínio das competências/habilidades de todos os alunos, considerando, em especial, a instituição de uma escola inclusiva e de qualidade.

Considerando as informações do contexto de implementação do Programa foram propostos os seguintes objetivos:

- Compreender como tem sido a experiência dos professores com a AAP e suas concepções sobre os seus significados;
- Analisar em que medida os dados e resultados da AAP estão sendo articulados pelos professores e se há indícios que evidenciem a influência da Avaliação da Aprendizagem em Processo na melhoria da aprendizagem dos alunos e na prática pedagógica;

- Analisar a adequação e a efetividade dos instrumentos avaliativos aos objetivos e metas proclamados pela SEE-SP.

O estudo do Programa AAP em ação na escola a partir do ponto de vista dos professores das disciplinas avaliadas possibilitou apreender como ocorre a sua implementação e os papéis desempenhados pelos profissionais da escola para cumprir com as determinações da SEE-SP com relação à implementação.

A partir dos dados coletados e analisados foi possível inferir que a direção, a vice direção e os coordenadores pedagógicos exercem o papel de *longa manus*¹³ dos órgãos centrais e intermediários na escola, no sentido de promover a efetiva implementação do Programa de acordo com as ordens emanadas da SEE-SP e são também os responsáveis por toda a logística que envolve a AAP como o acompanhamento das ações e do auxílio para as análises dos dados e resultados nas ATPCs. Os professores, por outro lado, são os executores do Programa na escola e seguem as instruções dos órgãos centrais por meio dos profissionais da Diretoria Regional de Ensino (DRE) e da equipe gestora da escola. Os dados das entrevistas com os professores permite inferir que estes profissionais se empenham na tarefa de implementação do programa AAP, apesar de não concordar com a forma como foi desenhado pelos órgãos centrais. Os dados das entrevistas e dos vídeos orientadores da SEE-SP permitem inferir ainda que não houve planejamento adequado do programa e nem formação adequada aos professores, que são os responsáveis por sua aplicação na ponta do sistema.

Ao confrontarmos os detalhes de funcionamento do Programa AAP a partir das representações dos professores com os documentos da SEE/SP é possível inferir que há contradições entre o que é proposto e o que é realizado. Apesar de afirmar no vídeo apresentado que o objetivo da AAP seria auxiliar os professores na identificação precoce das dificuldades apresentadas pelos alunos e que não havia pretensão de invadir os trabalhos da escola no contexto dos ciclos e nem a competência do professor em sala de aula, a SEE-SP vem fiscalizando a implementação do currículo nas escolas por meio dos supervisores da DRE, conforme mencionado pelos professores durante as entrevistas. Se até o ano de 2015 a AAP foi aplicada semestralmente, a partir de 2016, passou a aferir as habilidades expressas no currículo no final de cada bimestre letivo para constatar se o currículo determinado foi cumprido e se os conteúdos foram trabalhados pelo professor. E isto tem causado problemas. Os dados levantados junto aos professores coordenadores da escola pesquisada apontam que

¹³ *Longa manus*: expressão utilizada para designar o executor de ordens.

no primeiro bimestre de 2016 alguns professores da disciplina de Matemática não conseguiram concluir os conteúdos curriculares determinados e que estão expressos no Caderno do Aluno, mas a AAP cobrou tais conteúdos, o que compromete e distorce os seus resultados e vai contra os princípios propostos por House (1994) de que a avaliação deve ser veraz, crível e justa. Neste mesmo contexto é importante mencionar que a SEE-SP afirma que é necessário respeitar o tempo de aprender de cada aluno sem estabelecer padrões que devam ser seguidos linearmente num contexto da organização do ensino em ciclos e progressão continuada (SÃO PAULO, 2014c), mas ao mesmo tempo se cobra e fiscaliza o currículo prescrito bimestralmente tanto pela presença dos supervisores de ensino na escola quanto pelo constante acompanhamento por meio da AAP.

As representações dos professores em relação ao Programa AAP apontaram diversas questões que merecem atenção. Uma delas foi a questão do próprio nome dado ao programa pela SEE-SP que acaba por causar confusão aos olhares menos atentos. Os dados da pesquisa sugerem que a AAP, uma avaliação tipicamente diagnóstica de monitoramento e controle, se apresenta como uma avaliação que também atenda às funções diagnóstica e formativa, o que as discussões teóricas refutam veementemente. Conforme longamente discutido na seção 3 deste trabalho, de acordo com Harris, Harris e Smith (2012), Styron e Styron (2012); Martinelli e Genari (2009), Esposito, Davis e Nunes, 2000 e Pophan (1999) as avaliações baseadas em testes padronizados não expressam as aprendizagens efetivas dos alunos por variados motivos, dentre eles, por serem aplicados de forma pontual, em um dia específico, por não permitirem avaliar habilidades de nível superior, por não levarem em conta fatores externos, hábitos de leitura, origem socioeconômica e cultural e motivações dos alunos.

Outra questão relevante constatada é que os professores não participam do processo de elaboração e escolha dos itens da prova cabendo-lhes apenas o cumprimento das ações que se sucedem em cada fase de operacionalização do programa. Foi possível inferir que a participação dos professores junto ao Programa AAP não decorre de uma participação autônoma, mas da submissão a um modelo de avaliação exógena que se impõe na escola. Percebe-se ainda que todos os passos propostos para o processo de avaliação (AAP) são cumpridos pelos professores. No entanto, por perceberem as limitações do instrumento e por sentirem que pouco pode ser acrescentado na aprendizagem dos alunos e em suas práticas pedagógicas os professores se submetem à AAP em sinal de obediência às ordens superiores.

Na análise dos instrumentos avaliativos da AAP verificou-se que a SEE-SP aos poucos foi costurando mudanças pontuais. Ao se analisar as provas da disciplina de Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental desde 2011 foi possível verificar que em princípio foram

compostas por questões abertas e de questões objetivas de múltipla escolha, mas ao longo do tempo as questões abertas foram suprimidas e ficaram somente questões objetivas de múltipla escolha baseados nos moldes dos testes padronizados elaborados fora da escola, o que não deixa espaço para o professor entender o processo de desenvolvimento da resposta dada pelo aluno.

Os professores apontaram que AAP se utiliza de uma prova padronizada que expressa apenas em números o desempenho dos alunos e desconsidera os detalhes do processo de ensino e de aprendizagem e as especificidades da escola e do seu entorno. Os discursos destes profissionais apontam que a AAP não é capaz de medir o que sabem os seus alunos, pois é uma avaliação padrão que não considera as especificidades da escola nem tampouco o que o aluno produz e aprende no dia a dia. Os professores reivindicaram que é necessário que se tenha espaço para emitir o seu parecer sobre o desempenho de cada aluno, de forma a especificar as razões, os caminhos e o que está por detrás dos números. Este ponto de vista dos professores é fundamentado por estudos de renomados cientistas que apontam que os testes padronizados não são instrumentos apropriados para medir efetivamente a aprendizagem dos alunos e o desempenho dos professores e das escolas, especialmente Harris, Harris e Smith (2012) que afirmam que as metas educacionais são mais amplas e mais inclusivas do que um teste pode medir e que aproveitamento escolar “[...] é muito mais que escores de testes, mas também inclui participação em aula, padrões que os alunos utilizam para tomar notas em aula e padrões de desenvolvimento profissional dos professores [...]” (p.2), dentre outros.

A sistemática dos testes padronizados que consiste em submeter os alunos ao teste para acompanhar o currículo desenvolvido nas escolas e identificar quais habilidades os alunos dominam ou não dominam, como ocorre com a avaliação AAP, acaba por privilegiar conhecimentos e habilidades que são cobradas no teste e por roubar tempos preciosos para o ensino de outros conhecimentos e habilidades importantes para a formação dos alunos, conforme demonstra o estudo de Baker et al (2010). A triangulação dos dados permitiu inferir ainda que a avaliação AAP baseada nos testes padronizados promove a redução do currículo com prejuízo à formação integral do aluno. Os alunos estão sendo classificados dentro de uma ótica que lhes promove exclusão do processo, pois os professores não tem espaço no calendário escolar e nem disponibilidade de carga horária para trabalhar as habilidades não dominadas.

Infere-se ainda que o foco da responsabilização esteja se direcionando também para o aluno. Se antes o foco estava centrado na responsabilização apenas do professor com base na

avaliação do sistema educacional, cujos resultados se davam por escola, por Diretoria de Ensino e por coordenadorias, com a AAP a avaliação passa a mirar também no acompanhamento do desempenho individual do aluno que a partir de 2016 passou a contar com a plataforma Foco Aprendizagem para realizar o registro do desempenho dos alunos.

Apesar do curto período de tempo desde a implementação do programa AAP, os dados dos indicadores oficiais atestam ainda que o desempenho das escolas não apresentou avanços significativos, o que demonstra que o programa não teve efetividade e que o que foi proclamado não foi atingido.

A caracterização da AAP explicitada nos documentos e vídeos apresentados pela SEE-SP permite discutir a homogeneização do processo educativo na rede de ensino público paulista e a centralização das ações em aspectos avaliáveis do currículo, ocasionando uma redução do conhecimento e das habilidades providas e/ou possibilitadas indiscriminadamente aos alunos para toda a rede de ensino no Estado de São Paulo e restritas àquelas habilidades definidas externamente pelo governo e inseridas nas matrizes de referência. Estas matrizes, inclusive, vêm sendo atualmente publicadas como elemento ordenador das aprendizagens valorizadas e possíveis de serem adquiridas pelos alunos, independentemente das suas diferentes potencialidades e aptidões, das características socioeconômicas e culturais do contexto e entorno de cada escola. Tais tendências típicas das políticas educacionais contemporâneas, que tem o Estado Avaliador como orientador de ações sistematizadas para monitorar os sistemas educacionais (AFONSO, 2005) por meio de prescrições normativas atribuem mais valor à abordagem do currículo pelos resultados que pelos processos, mais valor à avaliação externa que à avaliação interna (PACHECO, 2012).

A AAP reafirma, assim, em escala sem precedentes, o papel político que vem sendo assumido pela avaliação no atual governo, papel este já enunciado por Freitas (2005), quando discute que a noção de qualidade adotada pelas políticas neoliberais é movida por uma pseudoparticipação legitimadora para impor verticalmente ‘padrões de qualidade’ externos ao grupo avaliado e por Barreto (2001) que afirma que a reformulação dos currículos nacionais se tornou referência para a aferição padronizada do rendimento escolar e para a autonomia vigiada concedida às escolas.

Por outro lado esta tendência se coloca na contramão de uma avaliação democrática, ética e inclusiva como preconizada por Dias Sobrinho (2001; 2003; 2004), House (1992), MacDonald (1974; 1977) e Mertens (1999; 2010), cujas características são orientadas para atender aos interesses da comunidade avaliada e estar alinhada com os princípios da justiça social e que tem na confidencialidade, no acesso à informação, na ausência de coerção, na

negociação, na tomada de decisões coletivas, no respeito aos sentidos produzidos socialmente, na liberdade de expressão, na participação, na honradez dos resultados e no respeito para com os avaliados os seus conceitos-chave.

Para se por em questão os sentidos da formação das crianças e jovens que dependem da escola pública em nosso país e no estado de São Paulo, o paradigma técnico da avaliação com objetivos de regulação e controle e o paradigma humanista que se apoia nos princípios da ética, da justiça social e da democracia necessitam de um justo equilíbrio entre o “[...] pilar da regulação e o pilar da emancipação [...]” (AFONSO, 2005, p.123).

Consideramos que a pesquisa cumpriu com seus objetivos iniciais ao compreender o Programa AAP e ao triangular os dados obtidos da pesquisa teórica, dos documentos da SEE-SP e da pesquisa de campo e, a partir destes dados, analisar o programa em ação na escola pesquisada.

Os resultados parciais e provisórios desta pesquisa não esgotam o assunto, pelo contrário, abrem em perspectiva para a realização de estudos complementares a partir outros enfoques teóricos e metodológicos para que a complexa realidade das políticas de avaliação educacional seja cada vez melhor compreendida.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, S. (Ed.), **The glossary of education reform**. Great School Partnership, 2014. Disponível em: <http://edglossary.org/hidden-curriculum>. Acesso em 22 fev 2016.

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Escola pública, comunidade e avaliação: Resgatando a avaliação formativa como instrumento de emancipação. In: ESTEBAN, M. T. (Org.). **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Petrópolis: DP&A, 2008.

_____. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, 2009,13, 13-29.

_____. Para uma concetualização alternativa de accountability em Educação. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.33, n.119, p.471-484, abr.-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 14/11/2012.

_____. Um olhar sociológico em torno da accountability em educação. In: ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. (Org.). **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010. p. 147-170.

ALAVARSE, O. M. A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia** [online]. 1992, n.2, pp.61-69. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>>. Acesso em: 12/04/2014.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005. p. 7-70.

ARCAS, P. H. **Implicações da progressão continuada e do Saesp na avaliação escolar**: tensões, dilemas e tendências. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS - 1ª Edição/2015. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=7272>. Acesso em 11.jun.2016

AZEVEDO, C. E. F.; OLIVEIRA, L. G. L.; GONZALEZ, R. K.; ABDALLA, M. M. A. **Estratégia de Triangulação**: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. VI Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília, DF, 3 a 5 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ5.pdf> . Acesso em 05jun.2016.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997. (Polêmicas do nosso tempo, v. 56).

BARRETO, E. S. de S. e PINTO, R. P. (Coords.). **Avaliação na educação básica (1990-1998)**, Brasília, n.4, MEC, INEP, COMPED, 2001. Série Estado do Conhecimento.

BARRETO, E. S. de S. A avaliação na Educação Básica entre dois modelos. **Educação e Sociedade**, ano XXII, v.22 n.75, 2001, p.48-66.

BAKER, E. L.; BARTON, P. E.; DARLING-HAMMOND, L.; HAERTEL, E.; LADD, H. F.; LINN, R. L. ; RAVITCH, D.; ROTHSTEIN, R.; SHAVELSON, R. J.; SHEPARD, L. A. **Problems with the use of student test scores to evaluate teachers**. Washington DC: Economic Policoy Institute, 2010. Disponível em: <http://www.epi.org/files/page/-/pdf/bp278.pdf> Acesso em: 17 fev. 2016.

BEM-VINDO à ação formativa mecanismos de apoio ao processo de recuperação da aprendizagem. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=6626>>. Acesso em: 11.jun.2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 abr. 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Educação para Todos**. Versão Preliminar. (junho,2014). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192>. Acesso em 11jun.2016.

CAMBA, M. **As políticas de avaliação do rendimento escolar e as interfaces na esfera nacional e estadual**: análise do Saresp como política de avaliação no Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

CARDOSO, C. Accountability e igualdade de oportunidades em educação. In: **A Página da Educação**, nº 149, ano 14, out. 2005. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=149&doc=11072&mid=2>>. Acesso em: 10/03/2013.

CASTRO, M. H. G. A consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 271-296, set./dez. 2009.

CHISTE, M. C. SARESP – **Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo**: repercussão do resultado positivo em duas escolas no ano de 2007. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CLEMENTE, C. **Os desdobramentos do SARESP no processo curricular e na avaliação interna**: uma análise do componente curricular de matemática. Mestrado: Educação: Centro Universitário Moura Lacerda, 2011.

COLUMBIA UNIVERSITY. **Pros e Cons of Standardized Tests**. Office of Work/Life. School and Child Care Search Service. Spring 2013. Disponível em: <http://worklife.columbia.edu/files_worklife/public/Pros_and_Cons_of_Standardized_Testing_1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

CORREIA, J. A. Paradigmas e cognições no campo da administração educacional: das políticas de avaliação à avaliação como política. **Revista Brasileira de Educação**. V.15, n.45, set/dez.2010.

CORREIA, J. A. A construção científica do político em educação. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, Edição CIEE/ Afrontamento, n. 15, p. 19-43, 2002.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In _____ (Org.) DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

CUIDADO com o Gabarito inicial! Disponível em: <<http://oficinapedagogicadeosasco.blogspot.com.br/p/avaliacao-em-processo.html>>. Acesso em: 01ago.2016.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.88, p.703-725, Especial – out.2004.

_____. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Avaliação: técnica e ética. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, v.6, n.3, 2001, p.7-19. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1151&path%5B%5D=1146>>. Acesso em 01fev.2015.

_____. Campos e caminhos da avaliação no Brasil: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, Luiz Carlos de. **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis, SC: Insular, 2002. P. 13 – 62.

DÍAZ BARRIGA, A. Uma polêmica em relação ao exame. In: ESTEBAN, M. T. (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 5. ed. Petrópolis: DP&A, 2008. (Pedagogias em ação).

ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. (Org.). **Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 147-170.

Evers, W. M.; Walberg, H. J. (Eds). **Testing student learning, evaluating teaching effectiveness**. Palo Alto, CA: The Hoover Institution Press, 2004.

FERNANDES, D. Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. In: ESTEBAN, Maria Teresa, AFONSO, Almerindo j. (orgs.) **Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p.15-44.

FERREIRA, R. H. **O sistema de avaliação de rendimento escolar do Estado de São Paulo – SARESP: Uma análise das provas de leitura e escrita da 4ª série do ensino fundamental**.

Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2007.

FREITAS, L. C.; SORDI, M. R. L.; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Coleção Fronteiras Educacionais).

_____. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.26, n.92, p.911-933, Especial – out.2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12/01/2014.

FIALHO, I. J. A qualidade de ensino e a avaliação das escolas em Portugal. Contributos para a sua história recente. Educação. **Temas e problemas – Avaliação, qualidade e formação**, 7 (4), 2009, p.99-116. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/5088/1/Artigo%20Fialho%20Rev%20Temas%20e%20Problemas.pdf>. Acesso em 11/01/2015.

FRIGOTTO, G. Prefácio. In: BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Disponível em: Acesso em: 22 fev. 2016.

GATTI, B. A. **Avaliação e qualidade da Educação**. S.d. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/51.pdf. Acesso em: 18/05/2014.

_____. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **SÍSIFO: Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, n.9, p.7-18, 2009.

_____. Avaliação Educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. **EccoS Revista Científica**, junho, v.4, n.01, 2002. p.17-41.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 1987.

GREGO, S. M. D. A avaliação institucional dos cursos de graduação: a meta-avaliação como referencial de análise e reflexão. In: SGUISSARDI, V. (Org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da Educação Superior**. Campinas-SP: Autores Associados, 1997. p. 91-122.

_____. **Caderno de formação: formação de professores: Bloco 03: Gestão C122 Escolar / Laurence Duarte Colvara (Coord.)**. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação: Univesp, 2013.

_____. Reformas educacionais e avaliação: Mecanismos de regulação na escola. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, dez. 2012.

GOIÁS. ESTADO. SEDUC. **Perguntas e respostas sobre OSs atualizadas**. Matéria publicada no sitio da SEDUC em 24/12/2105. Disponível em: <http://portal.seduc.go.gov.br/SitePages/Noticia.aspx?idNoticia=1748>. Acesso em: 25.abr.2016

GOIÁS. ESTADO. SEDUC. **Raquel Teixeira dá detalhes sobre o novo edital das OSs**. Matéria publicada no sitio da SEDUC em 21/06/2016. Disponível em: <http://portal.seduc.go.gov.br/SitePages/Noticia.aspx?idNoticia=2010>. Acesso em: 23.jul.2016

GUISBOND, L., MONTY, N., SCHAEFFER, B.. A década de progresso educativo perdida sob a NCLB: que lições tirar desse fracasso político? **Educação e Sociedade**, v.33, n.119, p.405-430, abr.-jun. 2012.

Harris, P.; Harris, J; Smith, B. M. "Chapter 3: The Tests Don't Measure Achievement Adequately." In *The Myths of Standardized Tests: Why They Don't Tell You What You Think They Do*, 33-45. 2011. Quoted in "**Standardized Tests Do Not Effectively Measure Student Achievement.**" *Standardized Testing*, edited by Dedria Bryfonski. At Issue. Detroit: Greenhaven Press, 2012. Disponível em:

<http://libraries.state.ma.us/login?gwurl=http://ic.galegroup.com/ic/ovic/ViewpointsDetailsPage/ViewpointsDetailsWindow?query=&prodId=OVIC&contentModules=&dviSelectedPage=&displayGroupName=Viewpoints&limiter=&disableHighlighting=&displayGroups=&sortBy=&search_within_results=&zid=&p=OVIC&action=2&catId=&activityType=&documentId=GALE%7CEJ3010478218&source=Bookmark&u=mmln_m_highrock&jsid=49ea537c93a441192572947cf3e64898>. Acesso em: 12.jun.2016.

HOLMES, S. **Standardized tests and no child left behind act**; a failing attempt at reform. Disponível em: <<http://www.inquiriesjournal.com/articles/337/no-child-left-behind-a-failing-attempt-at-reform>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

HOROCHOVSKI, R. R. **Accountability e seus mecanismos**: um balanço teórico. Paper apresentado no 6º Encontro da ABCP realizado de 29/07 a 1/08/2008, UNICAMP, Campinas, SP, Área Temática - Teoria Política. Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2008/arquivos/22_7_2008_17_27_27.pdf>. Acesso em: 15/12/2012.

HOUSE, E. R. Assumptions underlying evaluation models. **Educational Research . Vol. 7**, n.3, Mar-1978, pp. 4-12. Published by: American Educational Research Association. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/pdfplus/1175968.pdf>>. Acesso em: 09/03/2014.

_____. **Evaluación, ética y poder**. Madrid: Morata, 1994.

_____. Intellectual history in evaluation. In: ALKIN, Marvin C. (edit.) **Evaluation roots**: Tracing theorists' views and influences. London: SAGE Publications International Educational and Professional Publisher, 2004, p. 218-224.

_____. **Qualitative evaluation and changing social policy**. 2007. Disponível em: <http://www.sagepub.com/upm-data/17666_Chapter19.pdf> . Acesso em 14/03/2014.

_____. **Professional evaluation**: Social impact and political consequences. Newbury Park, CA: Sage, 1993.

_____. Tendencias em Evaluación. **Revista de Educación**. Secretaría de Estado de Educación. Centro de Investigación, Documentación y Evaluación (CIDE) del Ministerio de Educación y Ciencia. Madrid: Centro de Publicaciones del MEC. n.299, set-dec. 1992, p.43-56.

JACAREÍ. (CIDADE). DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO DE JACAREÍ. NÚCLEO PEDAGÓGICO. **Documento Orientador nº 1/2015** – Avaliação da Aprendizagem em Processo, 8ª ed., 2015.

KINCHELOE, J. L.; McLAREN, P. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Trad.: Sandra Regina Netz. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

KOHN, A. Standardized testing and its victims. **Education Week**. September, 27, 2000. Disponível em: <<http://www.alfiekohn.org/article/standardized-testing-victims/?print=pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

KORITIAKE, L. A. **Atuação dos organismos internacionais na educação**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/64.pdf>>. Acesso em 30/12/2010.

LAFOND, A. C. et. All. **Autonomia, gestão e avaliação das escolas**. Trad. Amélia Queirós, José Boai e Susana Paulino. Porto, Portugal: 1998. Coleção Perspectivas Atuais /Educação.

LANDSHEERE, G. **A Pilotagem dos sistemas de educação: como garantir a qualidade de ensino?** Trad.: José Carlos Eufrázio. Lisboa, Portugal: Edições Asa, 1997. 192 p.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIBÂNIO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, J. B.; MARQUESI, M. R. A.; SILVA, S. M. Reforma e qualidade da educação no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. Especial, p.181-197, mai.2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art11_33esp.pdf>. Acesso em 08/04/2013.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Aprender para ganhar, conhecer para competir: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”**. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção questões da nossa época; v. 41).

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. The roots of fourth generation evaluation: Theoretical and methodological origins. In: ALKIN, Marvin C. (edit.) **Evaluation roots: Tracing theorists’ views and influences**. London: SAGE Publications International Educational and Professional Publisher, 2004, p. 225-241.

LINDEN, S. The Impact of Standardized Testing on Student Performance in the United States. **Pell Scholars and Senior Theses**. 2007, p.1-62. Salve Regina University. Disponível em: <http://digitalcommons.salve.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1010&context=pell_theses>. Acesso em: 07jun.2016.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, E.P.U., 1986.

MAROTO, J. L. S. F. La “avaliocracia”: el papel de la evaluación en la legitimación y reconstrucción institucional de la Educación. Entrevista a José Alberto Correia. **Revista de la Asociación de Inspectores de Educación de España**. n.13, octubre, 2010, p.1-9.

Martinelli, S. C.; Genari, C. H. M. Relações entre desempenho escolar e orientações motivacionais. **Estudos de Psicologia**, 14(1), 2009, p.13-21. Disponível em: < <http://unicamp.sibi.usp.br/bitstream/handle/SBURI/26477/S1413-294X2009000100003.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10jun.2016.

MARTINS, A. M. A política educacional paulista: controvérsias em torno de conceitos de descentralização e autonomia – 1983 a 1999. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 24, n.83, p.527-549, ago./2003.

MacDONALD, B.; KEMMIS, S. Macro-project and meta-evaluation – the UNCAL experience. **Center for Applied Research in Education** – University of East Anglia, 1976. Disponível em: https://ueaeprints.uea.ac.uk/26808/1/MacDonald-1976-Macro-project_and_Meta-evaluation.pdf. Acesso em: 09 mai. 2013.

MacDONALD, B. Evaluation and the control of education. In: TAWNEY, D. (Ed.). **SAFARI: Papers One: Innovation, evaluation, research and the problem of control, some interim papers**. Norwich: University of East Anglia (CARE), 1974.

_____. A political classification of evaluation studies. In: HAMILTON, D. et al. (Eds.). **Byond the numbers game**. London: MacMillan Education Ltd., 1977.

Mehrens, W. A. Using performance assessment for accountability purposes. In: Evers, W. M.; Walberg, H. J. (Eds.), **Testing student learning, evaluating teaching effectiveness**. Palo Alto, CA: The Hoover Institution Press, 2004, pp.221–242.

MERTENS, D. Inclusive evaluation: Implications of transformative theory for /evaluation. **American Journal of Evaluation**, v.20, n.1, p. 1-14, 1999.

_____. Philosophy in mixed methods teaching: The transformative paradigm as illustration. **International Journal of Multiples Approaches**, v.4, n.1, 2010, p.9-18.

Disponível em:

<http://teachingphilosophyworkgroup.bgsu.wikispaces.net/file/view/philosophy+in+mixed+methods+teaching.pdf/297092862/philosophy%20in%20mixed%20methods%20teaching.pdf>

Acesso em: 13 jan. 2014.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciências e Saúde Coletiva**, n.17, p.621-623, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>>. Acesso em 14/09/2015

MORENO OLIVOS, T. Consideraciones éticas en la evaluación educativa. **Revista Iberoamericana sobre calidad, eficacia y cambio em educación**. V.9, n.2, p. 130-144, 2011. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/551/55119127010.pdf>>. Acesso em 01/02/2015.

MOSES, Michele S., NANNA, Michel J. **The testing culture and the persistence of high stake testing reform**. Disponível em: <http://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1091&context=eandc> Acesso em: 22 fev. 2016.

MOURA, M. R. L. Reformas educacionais e a proposta curricular do estado de são paulo: primeiras aproximações. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/marcilenemoura.pdf>>. Acesso em 14.ago.2015.

NORMAND, R. Mercado, performance, accountability. Duas décadas de retórica reacionária na educação. **Revista Lusófona de Educação**. n.11, p.49-76, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/principal/ForCitArt.jsp?iCve=34911875004>>. Acesso em: 22 mai. 2012.

NOVAES, L. C. Os impactos da política educacional paulista na prática docente e na organização do trabalho pedagógico nas escolas estaduais paulistas na perspectiva dos professores. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v.3, n.5, p.13-26, jan./jun.2009. disponível em: Acesso em:

OLIVEIRA JÚNIOR, R. G. **Sistema de avaliação de rendimento escolar do Estado de São Paulo**: um estudo a partir da produção científica brasileira (1996-2011). Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

OLIVEIRA, D. A. F. de. **Uma avaliação política do SARESP**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

OLIVEIRA, R. P. A Questão da qualidade na educação. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 61-70, jan./jun. 1996.

PACHECO, J. A. Avaliação das aprendizagens. Políticas formativas e práticas sumativas. **Encontros de Educação**. Funchal, Portugal, 10 e 11 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/21170/1/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20das%20aprendizagens%20Pol%C3%ADticas%20formativas%20pr%C3%A1ticas%20sumativas.pdf>>. Acesso em 12.set.2015.

PALMA FILHO, J. C. A política educacional do Estado de São Paulo (1983-2008). **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, SP, v.13, n.21, p.153-174, jan.-jun. 2010.

_____. Impactos da globalização em políticas públicas em educação. In: _____.; TOSI, P. G. (Org.). **Política educacional**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2007. (Pedagogia cidadã: Cadernos de formação).

PARO, Vitor Henrique. **Educação como Exercício do Poder**: implicações para a prática escolar democrática. 2007, 21p. Disponível em: <www.sindservsantos.org.br/imagens/upload/documento68.doc>. Acesso em 11/04/2015.

_____. Porque os professores reprovam: resultados preliminares de uma pesquisa. **Ensaio**: Aval. Pol. Educ., Rio de Janeiro, v. 8, n. 28, p. 273-282, 2000.

PATTON, M. Q. A vision of evaluation that strengthens democracy. **Evaluation**, v.8, n.1. p.125-139, 2002. Disponível em: <http://evi.sagepub.com>. Acesso em: 22 jul. 2015.

PATTON, M. Q. Estudo de caso. 2002

PEREIRA, L. C. B. **Democracia, estado social e reforma gerencial**. RAE. v.50, n.1, jan./mar.2010, p.112-116.

PERONI, V. M. V. Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. **RBPAE**. v.25, n.2, p.285-300, mai/ago.2009.

PIMENTA, C. O. **Avaliações externas e a organização do trabalho de coordenadores pedagógicos**. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade de São Paulo (USP).

POPHAN, J. Why standardized tests don't measure educational quality. **Using Standards and Assessments**. Vol. 56, n.6, p.8-15, march, 1999. Disponível em: <<http://www.ascd.org/publications/educational-leadership/mar99/vol56/num06/Why-Standardized-Tests-Don't-Measure-Educational-Quality.aspx>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. **Criterion-referenced measurement**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1978.

POPKEWITZ, T. S. **Reforma educacional: uma política sociológica. Poder e conhecimento em educação**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1997.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Trad.: João Minhoto Marques; Maria Amália Mendes; Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 2008.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Exclusivo: quem vai administrar as escolas de Goiás?** Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/radiografia-oss-goias-938045.shtml>. Acesso em 22.mai.2016.

RAHAL, S. **Políticas Públicas de Educação: o SARESP no cotidiano escolar**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

REEVES, D. B. **Accountability for learning: how teachers and school leaders can take charge**. Alexandria, Virginia USA. Association for Supervision and Curriculum Development (ASCD), 2004.

RIBEIRO, D. da S. **Avaliação Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP): a educação a serviço do capitalismo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RODRIGUES, R. F. **Usos e repercussões de resultados do SARESP na opinião de professores da rede estadual paulista**. Dissertação. Mestrado em Educação: Currículo. PUC-SP. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/11/TDE-2011-11-23T10:12:06Z-11801/Publico/Rodrigo%20Ferreira%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 12/03/2013.

RIO DE JANEIRO. (ESTADO). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Saerjinho**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=451554>>. Acesso em 26.abr.2016

RUSTIQUE-FORRESTER, E. Accountability and the pressures to exclude: A cautionary tale from England. **Education Policy Analysis Archives**, 13 (26), abr.2005. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/epaa/v13n26/>>. Acesso em: 16/01/2013.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. Ed., Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAEB. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>>. Acesso em: 12.ago.2015.

SÃO PAULO. (CIDADE). Secretaria Municipal de Educação. **Oficina de Elaboração de Itens**. 2009. Disponível em: <<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/nucleo/AnonimoSistema/MenuTexto.aspx?MenuID=47&MenuIDAberto=24>>. Acesso em 02 de agosto de 2015.

SÃO PAULO. (ESTADO). Conselho Estadual de Educação. **Indicação CEE nº 22/1997**. São Paulo: CEE, 1997a. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0947-0952_c.pdf>. Acesso em 12.ago.2014

_____. (ESTADO). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Avaliação da Aprendizagem em Processo – AAP**. Sugestões de Encaminhamentos para Todas as Disciplinas a Partir dos Resultados. São Paulo, 2014a.

_____. _____. _____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo: Comentários e Recomendações Pedagógicas**. Subsídios para o professor de Matemática, 6º ano. 6ª edição: São Paulo. 1º semestre de 2015a.

_____. _____. _____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. Comentários e recomendações pedagógicas. Subsídios para o Professor de Língua Portuguesa. 7º ano. São Paulo. 2º semestre, 2015b.

_____. _____. _____. Avaliação da Aprendizagem em Processo. Segunda Edição – primeiro semestre – fevereiro de 2012. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, fev.2012. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 de fev. 2012a. Seção I, p.24.

_____. _____. _____. Avaliação da Aprendizagem em Processo. Terceira Edição – segundo semestre – julho de 2012. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 31jul.2012. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 01jun.2012b. Seção I, p.38.

_____. _____. _____. Avaliação da Aprendizagem em Processo. Quarta Edição – primeiro semestre – fevereiro de 2013. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 14fev.2013. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 15fev. 2013a. Seção I, p.21.

_____. _____. _____. Avaliação da Aprendizagem em Processo. Quinta Edição – segundo semestre – junho de 2013. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 01jun.2013. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 de jun. 2013b. Seção I, p.59.

_____. _____. _____. Avaliação da Aprendizagem em Processo. Sétima Edição – segundo semestre – julho de 2014. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 17jul.2014. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de jul. 2014b. Seção I, p.30.

_____. _____. _____. Avaliação da Aprendizagem em Processo. Décima Primeira Edição – primeiro bimestre – abril de 2016. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 11abr.2016a. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 12.abr.2016a. Seção I, p.68.

_____. _____. _____. Avaliação da Aprendizagem em Processo. Décima Segunda Edição – segundo bimestre – junho de 2016. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 01jun.2016b. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 02jun.2016b. Seção I, p.34.

_____. _____. _____. Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP). Videoconferência: Avaliação da Aprendizagem em Processo. Videoconferencistas João Cardoso Palma Filho, Subsecretário de Educação do Estado de São Paulo, Regina Resek, assessora de Currículo e Avaliação da CENP; e Angélica Fontoura, assessora de Currículo e Avaliação da CENP: **Rede do Saber**. São Paulo, 22ago.2011a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1MJGTJtVhbQ>>. Acesso em: 12nov.2015.

_____. _____. _____. Avaliação da aprendizagem em processo – 8ª edição. Videoconferência com os videoconferencistas: professor William Massei, diretor do Departamento de Avaliação; Ademilde Ferreira de Souza, da equipe de Língua Portuguesa – CIMA; Soraia Calderoni Statonato, da equipe de Anos Iniciais – CIMA; e Patrícia de Barros Monteiro, da equipe de Matemática – CIMA. **Rede do Saber**. São Paulo, 28.jan.2015c. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/Videoteca/DadosBloco.aspx?id_bloco=1899>. Acesso em 15ago.2015.

_____. _____. _____. **Avaliação identifica nível de aprendizagem dos alunos e auxilia no desenvolvimento de ações**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/avaliacao-aprendizagem>>. Acesso em 12abr.2015.

_____. _____. _____. **Aprimoramento da progressão continuada reestrutura ciclos do Ensino Fundamental**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao-progressao-continuada>>. Acesso em: 12/02/2015.

_____. _____. _____. **Comentários e Recomendações Pedagógicas: subsídios para o Professor de Língua Portuguesa. Ensino fundamental – 9ª ano - 1º Semestre de 2015, 8ª ed.** Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional; Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. São Paulo, 2015d.

_____. _____. _____. **Decreto 57.141, de 18 de julho de 2011**. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas. São Paulo, 2011b. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/docs/decreto_organizacao_se.pdf. Acesso em 14.jan.2016.

_____. _____. _____. Deliberação CEE-SP 09/1997. **Institui, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada no ensino fundamental**. São Paulo: CEE, 1997b. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0820-0830_c.pdf>. Acesso em 12.ago.2014.

_____. _____. _____. **Diretrizes e bases da educação nacional: legislação e normas básicas para sua implementação**. Compilação e Organização de Leslie Maria José da Silva Rama. São Paulo: SE/CENP, 2006. 4ª ed. Tomo I.

_____. _____. _____. **Diretrizes da política educacional para o período de dezembro de 1994 a dezembro de 1998**. Comunicado SEE, 22 mar. 1995. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 23 mar. 1995. Seção 1, p. 8-10.

_____. _____ . _____ . **Documento Orientador Planejamento 2014**. São Paulo: SE, 2014c. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/669.pdf>>. Acesso em: 22/07/2014.

_____. _____ . _____ . **Documento Orientador Planejamento 2016c**. São Paulo: SE, 2016c. Disponível em <http://focoaprendizagem.educacao.sp.gov.br/pdf/Documento_Orientador_Planejamento.pdf> . Acesso em: 12/07/2016.

_____. _____ . _____ . **Dois milhões de alunos da rede estadual passam por novo tipo de avaliação a partir de hoje**. 2012c. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/dois-milhoes-de-alunos-da-rede-estadual-passam-por-novo-tipo-de-avaliacao-a-partir-de-hoje>>. Acesso em: 15ago.2015.

_____. _____ . _____ . **Escolas estaduais terão professor-auxiliar e novos modelos de recuperação**. 13/01/2012d. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/escolas-estaduais-terao-professor-auxiliar-e-novos-modelos-de-recuperacao>>. Acesso em: 12.fev.2015.

_____. _____ . _____ . **Gestão do currículo na escola: caderno do gestor**. São Paulo, 2008a. v. 2. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br>>. Acesso em 16 ago. 2010.

_____. _____ . _____ . Governo de São Paulo institui bônus e promoção por mérito aos servidores. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo I, v. 18, n. 239, 18 dez. 2008b. p. 3.

_____. _____ . _____ . **Governo e sociedade firmam compromisso de São Paulo pela educação**. 2011c. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governo-e-sociedade-firmam-compromisso-de-sao-paulo-pela-educacao>. Acesso em: 13ago.2015.

_____. _____ . _____ . **Matrizes de referência para a avaliação Saesp: documento básico**. Coordenação geral de Maria Inês Fini. São Paulo, 2009.

_____. _____ . _____ . **Orientações para o Planejamento 2013**. São Paulo: SE, 2013c. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/docs/CGEB_OrientacoesParaOPlanejEscolar_2013_24012013.pdf>. Acesso em: 22/07/2014.

_____. _____ . _____ . **Plataforma Foco Aprendizagem**. (s.d). Disponível em: <<http://focoaprendizagem.educacao.sp.gov.br/dashboards>>. Acesso em 29.mai.2016.

_____. _____ . _____ . **Resolução nº 27 de março de 1996**. Dispõe sobre a criação do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). São Paulo: SEE, 1996.

_____. _____ . _____ . **Resolução SE - 74, de 6-11-2008**. Institui o Programa de Qualidade da Escola (PQE) e o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). 2008c. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/74_08.HTM?Time=02/11/2016%2017:21:41>. Acesso em: 14.jun.2015.

_____. _____. _____. **Uma nova agenda para a educação pública.** São Paulo, 2007. Disponível em: <www.derbp.com.br/plano_acoes_see07.doc>. Acesso em: 12 set. 2010.

_____. _____. _____. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo.** Coordenação, Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008d.

SCHEDLER, A. Conceptualizing accountability. (In) Andreas Schedler, Larry Diamond, and Marc E. Plattner. **The self-restraining state: power and accountability in new democracies.** Lynne Rienner Publishers, Inc., Boulder, Colorado, 1999.

SILVA, H. M. G. **Gestão educacional e sistemas de avaliação:** os pressupostos ideológicos do SARESP e a trajetória das avaliações aplicadas entre 1996 e 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Araraquara, 2006.

SILVA, R. N.; DAVIS, C. É proibido repetir. Brasília: MEC, Secretaria da Educação Fundamental, 1994. **Série Atualidades Pedagógicas**, 4. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/me002000.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2014.

SILVA, T. T. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, S. M. Z. L. ; ARCAS, Paulo H. **Implicações da avaliação em larga escala no currículo:** revelações de escolas estaduais de São Paulo. *Teoria e Prática*, v.20, n.35, p.181-199, 2010.

_____; LOPES, V. V. Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades. **Revista Adusp**, São Paulo, n. 46, p. 53-59, jan. 2010.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research.** London: Sage, 2000. p. 435-454.

STYRON, J., STYRON, R. A. Teaching to test: A controversial issue in quantitative measurement. **Systemics, cybernetics and informatics**, Winter Garden, Flórida, U.S.A, v.10, n.5, p.22-25, 2012

TARSILA, M. Inclusiveness and social justice in evaluation: Can the transformative agenda really alter the status quo? A conversation with Donna Mertens. **Journal of Multidisciplinary evaluation**, v.6, n.14, 2010, p. 102-113.
http://survey.ate.wmich.edu/jmde/index.php/jmde_1/article/view/281/280

TEIXEIRA. F. C. A América Latina e o Brasil: da era das ditaduras aos processos de redemocratização. In: BERSTEIN, S.; MILZA, P. (Dir.). **História do século XX:** de 1973 aos dias atuais: a caminho da globalização e do Século XXI. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Ed. Nacional, 2007. v. 3.

THURLER. M. G. A eficácia das escolas não se mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive. **Ideias**, nº 30, pp. 175-192, São Paulo-SP, 1998.

TORRES, C. A. **Sociologia política da educação**. Trad. Sandra T. Valenzuela. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v.9).

TORRES, C. A. **Teoria crítica e sociologia política da educação**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. p. 103-144. (vol. 6).

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 11jun.2016.

_____. **Fórum Mundial de Educação 2015**. Educação de qualidade, equitativa e inclusiva e aprendizagem ao longo da vida para todos até 2030. Disponível em:
<<https://en.unesco.org/world-education-forum-2015/incheon-declaration>>. Acesso em 11 jun. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Trad.: Daniel Grassi. – 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005